



# GUIA DA ESPERANÇA:

*práticas para garantir justiça  
reprodutiva e climática*

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Guia da esperança : práticas para garantir justiça reprodutiva e climática [livro eletrônico] : uma abordagem feminista sobre direitos sexuais e reprodutivos em tempos de crise climática / Associação Portal Catarinas. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC : Catarinas, 2025.  
PDF

Vários colaboradores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-986218-0-3

1. Crise ambiental 2. Desastres ambientais  
3. Direitos reprodutivos 4. Mulheres - Aspectos sociais 5. Mulheres - Saúde e higiene 6. Saúde pública I. Associação Portal Catarinas.

25-252175

CDD-613.04244

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Saúde da mulher : Promoção : Ciências médicas  
613.04244

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# Ficha Técnica

**Coordenação:** Inara Fonseca e Paula Guimarães

**Pesquisa:** Daniela Valenga,  
Paula Guimarães e Schirlei Alves

**Redação:** Schirlei Alves

**Revisão:** Letícia Ueda Vella e Nicole Ballesteros Albornoz

**Projeto gráfico, ilustração e diagramação:** Rafaela Coelho

**Edição:** Paula Guimarães

**Realização e autoria:** Associação Portal Catarinas

**Financiamento:** FP2030, Share-Net Colombia, Profamilia,  
Save the children

# GUIA DA ESPERANÇA:

*práticas para garantir justiça  
reprodutiva e climática*

Uma abordagem feminista sobre  
direitos sexuais e reprodutivos em  
tempos de crise climática.

Esta é uma publicação da Associação Portal Catarinas.  
<https://catarinas.info/>



*“Uma certeza nos movia: não poderia haver novo normal em nossos pensamentos e práticas; nossos esforços de reconstrução tinham que ser para um novo possível. Era preciso movimentar a esperança feminista.”*

— Débora Diniz e Ivone Gebara

# Índice

1.	Apresentação.....	6
2.	Introdução .....	17
3.	Planejamento e prevenção.....	22
4.	Gestão de abrigos .....	24
5.	Resposta à violências de gênero.....	26
6.	Garantia de saúde sexual e reprodutiva .....	28
7.	Comunicação e informação .....	30
8.	Proteção às populações vulneráveis.....	32
9.	Saúde mental e apoio psicossocial.....	34
10.	Fortalecimento de políticas públicas.....	36
11.	Monitoramento e registro de dados.....	38
12.	Participação da sociedade civil .....	40
13.	Conclusão.....	42
14.	Fontes .....	45

# Apresentação

Em contextos de restrições aos direitos sexuais e reprodutivos, como a criminalização do aborto e a interdição da educação sexual, as catástrofes climáticas afetam de maneira ainda mais desproporcional corpos racializados, empobrecidos e marcados pela violência de gênero.

Um exemplo emblemático que nos moveu na criação deste Guia é a catástrofe climática que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024. Chuvas intensas e fora do comum para o final de abril, que se estenderam até junho, afetaram 2,4 milhões de pessoas, atingindo 96,1% dos municípios do estado – 478 de um total de 497. As inundações destruíram áreas urbanas, zonas agrícolas e territórios indígenas, deixando um rastro de devastação. Mais de 581 mil pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas, cerca de 18 mil procuraram refúgio em abrigos, e 183 perderam a vida. A região enfrentou uma calamidade pública de proporções históricas.



*Nesse contexto de calamidade e ausência do Estado, ativistas e lideranças comunitárias desempenharam um papel crucial, demandando acesso ao misoprostol para abortos legais, contraceptivos, profilaxia para ISTs/HIV e gravidez, serviços de pré-natal e kits de higiene. Elas também organizaram abrigos exclusivos para mulheres e crianças e arrecadaram recursos para garantir a dignidade das desabrigadas, refletindo a força e solidariedade feminista em tempos de crise.*

O cenário evidenciou a ausência de um planejamento adequado por parte do governo para enfrentar a calamidade pública, com um impacto significativo na atenção às mulheres, meninas e pessoas que gestam. As respostas das autoridades foram fragmentadas e pontuais, sem uma estratégia integrada, especialmente no que se refere aos direitos sexuais e reprodutivos, com denúncias de negligência e abuso. Nos abrigos, mulheres, meninas e jovens foram vítimas de abusos sexuais, evidenciando a falha das instituições em assegurar a segurança e os direitos fundamentais dessas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

Nesse contexto de calamidade e ausência do Estado, ativistas e lideranças comunitárias desempenharam um papel crucial, demandando acesso ao misoprostol para abortos legais, contraceptivos, profilaxia para ISTs/HIV e gravidez, serviços de pré-natal e kits de higiene. Elas também organizaram abrigos exclusivos para mulheres e crianças e arrecadaram recursos para garantir a dignidade das desabrigadas, refletindo a força e solidariedade feminista em tempos de crise.

A busca por essas histórias, protagonizadas pelos grupos sociais mais afetados, constitui o núcleo

Inspirado pelo conceito de "**Esperança Feminista**" de Débora Diniz e Ivone Gebara, que vê as ações e estratégias feministas como mobilizadoras de um futuro melhor, este trabalho se apresenta como uma ferramenta para promover a igualdade e a justiça, com o objetivo de transformar o amanhã em direção ao potencial de como ele poderia ser.

do projeto que originou este guia, o qual inclui reportagens sobre os desafios enfrentados e as soluções adotadas por especialistas e lideranças feministas. Esses relatos serviram de base para a pesquisa qualitativa que compõe a metodologia deste guia, combinada com revisão bibliográfica sobre a interseção entre justiça de gênero e climática. Nessa abordagem, buscamos sistematizar boas práticas para garantir justiça reprodutiva em cenários de crise climática e, ao mesmo tempo, investigar as histórias que revelam a maior vulnerabilidade de meninas e mulheres nessas situações.

*Ao valorizar o protagonismo da sociedade civil, o material oferece soluções para reduzir danos à justiça reprodutiva, considerando as desigualdades de raça, classe e gênero, diante dos desafios impostos pelas emergências ambientais.*

O Guia da Esperança: Práticas para Garantir Justiça Reprodutiva e Climática é uma produção do Catarinas, no âmbito do compromisso com o [FP2030](#), uma iniciativa global para assegurar acesso universal a planejamento familiar e direitos reprodutivos até 2030. A publicação é destinada principalmente a autoridades, governos e organizações da sociedade civil, com o objetivo de integrar políticas públicas ou como plano de ação estratégico em emergências climáticas, e assegurar a incorporação dos direitos reprodutivos nas respostas a desastres climáticos.

Disponível digitalmente no Portal Catarinas e traduzido para o espanhol, o guia amplia seu alcance para a América Latina, fortalecendo redes de apoio a mulheres, meninas, pessoas transmasculinas e não binárias em contextos de crise.

Inspirado pelo conceito de "Esperança Feminista" de Débora Diniz e Ivone Gebara, que vê as ações e estratégias feministas como mobilizadoras de um futuro melhor, este trabalho se apresenta como uma ferramenta para promover a igualdade e a justiça, com o objetivo de transformar o amanhã em direção ao potencial de como ele poderia ser.

Esperamos que este guia seja um catalisador de transformação, articulando a justiça reprodutiva e climática na gestão pública dos desastres. Com a esperança, que se concretiza na ação feminista, acreditamos em um mundo mais justo e igualitário, onde os direitos de mulheres, meninas, pessoas transmasculinas e não binárias sejam respeitados, protegidos e garantidos.

Mobilizadas pela esperança feminista,

***Paula Guimarães e Inara Fonseca***

*Diretoras do Portal Catarinas*



# O QUE É JUSTIÇA CLIMÁTICA?

A Justiça Climática é um conceito que reconhece que as mudanças climáticas, intensificadas pelo aquecimento global, afetam a população de maneira desigual. Grupos sociais em situação de vulnerabilidade e pobreza são os mais impactados por catástrofes climáticas, estando mais expostos a consequências graves, como a perda de recursos, deslocamentos forçados, insegurança alimentar e a violação de direitos básicos e humanitários.

Esse movimento, que é um dos pilares das discussões internacionais sobre clima, busca promover ações que distribuam de forma equitativa os custos e benefícios das soluções climáticas, responsabilizando autoridades governamentais e grandes emissores de poluentes. Além disso, defende iniciativas que respeitem os direitos humanos e garantam a dignidade das populações atingidas.

# O QUE É JUSTIÇA REPRODUTIVA?

É o direito de todas as mulheres, meninas e pessoas que gestam de tomarem decisões livres, com informação e segurança, sobre seus próprios corpos. O conceito compreende a garantia de direitos fundamentais, como acesso à saúde sexual e reprodutiva, acompanhamento pré-natal, planejamento familiar, métodos contraceptivos, direito ao exercício da maternidade e ao aborto legal. A garantia desses serviços deve ser acessível e humanizada.

Além disso, a Justiça Reprodutiva considera fatores como gênero, raça, classe e território, defendendo a criação de políticas públicas que eliminem barreiras estruturais e promovam equidade, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social.

# **QUAL É A RELAÇÃO ENTRE OS DOIS CONCEITOS?**

**As catástrofes climáticas, como enchentes, secas, tempestades, ondas de calor e incêndios florestais, afetam de forma desproporcional às populações vulneráveis e marginalizadas. Mulheres, meninas e pessoas que gestam estão entre as mais impactadas, uma vez que enfrentam violências específicas de gênero e dificuldades no acesso a serviços de saúde e direitos reprodutivos. Fatores como raça, classe e território agravam ainda mais essa vulnerabilidade.**

**Desastres ambientais, como a enchente que assolou o Rio Grande do Sul no primeiro semestre de 2024, limitam ainda mais o acesso a serviços essenciais que já são ofertados de forma precarizada, ampliando desigualdades sociais. Integrar justiça reprodutiva e climática é essencial para a elaboração de políticas públicas que promovam dignidade, equidade e proteção para todas as pessoas, especialmente em contextos de crise climática.**



# Introdução

*As mudanças climáticas e as catástrofes ambientais, resultantes de ações humanas como o desmatamento, a urbanização descontrolada, a poluição do ar e da água e a má gestão e distribuição dos recursos hídricos, têm impactado de maneira distinta os grupos sociais mais vulneráveis social e territorialmente, principalmente, meninas e mulheres.*

*Em condições de catástrofes, a interrupção de serviços básicos, a desorganização de abrigos e a falta de políticas públicas bem estruturadas potencializam as desigualdades e expõem essas populações a riscos maiores de violência e violação de direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, mulheres, frequentemente sobrecarregadas com responsabilidades familiares, enfrentam dificuldades no acesso a cuidados básicos de saúde, itens essenciais de higiene, como absorventes, e contraceptivos, agravando ainda mais sua condição em cenários de crise.*

*Este guia foi desenvolvido a partir das experiências e relatos de profissionais, lideranças comunitárias e ativistas que estiveram na linha de frente durante as enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul. Também serviram como base para a elaboração deste material dois documentos oficiais gerados a partir da vivência no estado: as [Diretrizes de Proteção às Mulheres e Meninas em Emergências](#)*

Climáticas, produzidas pelo Ministério das Mulheres e pela ONU Mulheres, e o Guia de Enfrentamento à Violência Baseada no Gênero no Contexto de Emergência Climática do Rio Grande do Sul, elaborado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) Brasil.

*O objetivo deste guia, portanto, é fornecer orientações práticas para organizações da sociedade civil, governos e atores humanitários que atuam em contextos de crises climáticas. Neste sentido, o atendimento humanizado e sensível às questões de gênero em situações de emergência é mais do que uma necessidade, mas uma obrigação de todas as instâncias envolvidas.*

É essencial que as políticas públicas incorporem a perspectiva de gênero, reconhecendo os impactos desproporcionais das crises climáticas sobre grupos vulneráveis, especialmente mulheres e meninas racializadas. Os planos de contingência devem incluir ações específicas para assegurar a saúde sexual e reprodutiva, o acesso ao aborto legal, além de prevenir e responder à violência de gênero.

Essa abordagem exige uma análise interseccional entre gênero e crise climática, bem como o engajamento ativo da sociedade civil e o compromisso das autoridades públicas com políticas eficazes e inclusivas para enfrentar esses desafios de maneira equitativa.

Este guia é um passo na construção de um futuro no qual a garantia dos direitos das mulheres, meninas, pessoas transmasculinas e não binárias, seja fortalecida, mesmo em meio a situações de crises.

**Schirlei Alves**

*Jornalista*





**Diretrizes  
feministas para  
redução de  
danos e garantia  
de direitos  
reprodutivos**



# Planejamento e prevenção

*Mapear vulnerabilidades específicas em regiões de risco, com atenção especial para pessoas com deficiência ou acamadas, mulheres chefes de família e mães solo.*



- Desenvolver planos de contingência integrados com foco em saúde sexual e reprodutiva (SSR) e violência baseada em gênero (VGB).
- Criar comitês intersetoriais, que contem com a presença de integrantes da sociedade civil, permanentes para coordenação de respostas em situações de crise.
- Incluir a participação de lideranças mulheres, negras, indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais e defensoras de pessoas com deficiência na elaboração de planos de emergência.
- Mapear abrigos, casas e espaços que possam atender exclusivamente mulheres, crianças e pessoas trans.
- Desenvolver diagnósticos regionais periódicos sobre a população vulnerável a eventos climáticos baseados em gênero, raça, direitos sexuais e reprodutivos.
- Criar redes locais de apoio comunitário com voluntárias treinadas, especialmente em áreas periféricas e vulneráveis.
- Incluir no planejamento público a possibilidade de fazer uso de estruturas físicas ociosas, como escolas fechadas ou centros comunitários, para serem transformadas em pontos de apoio em situação de crise.
- Promover vínculos entre associações da sociedade civil, organizações comunitárias e/ou cooperativas que historicamente atuam no cuidado de pessoas em situações de desastres.
- Incluir no planejamento público a criação de equipes multidisciplinares de emergência com assistentes sociais, psicólogos e agentes de saúde para atuação em crises.

# Gestão de abrigos



- Garantir abrigos específicos para mulheres e crianças, com segurança e suporte psicológico e social.
- Garantir que, em um mesmo abrigo, as famílias sejam alocadas em locais separados para assegurar privacidade, evitar constrangimentos e riscos de violência.
- Garantir espaços seguros e exclusivos para mulheres e crianças nos abrigos mistos, para o caso de mulheres que desejam ficar junto de seus companheiros e filhos maiores de 12 anos.
- Garantir infraestrutura básica com iluminação adequada, espaços para socialização e acesso seguro e privado a banheiros.
- Treinar voluntários e equipes de resgate para identificar e mitigar riscos de violência sexual.
- Estabelecer registros padronizados e diários de pessoas que entram e saem dos abrigos.
- Garantir acesso igualitário a alimentação a fim de evitar exploração sexual em troca de alimentos ou itens básicos.
- Incluir em caráter emergencial a construção de cozinhas e lavanderias comunitárias para garantir cuidados básicos e reduzir a sobrecarga das mulheres.

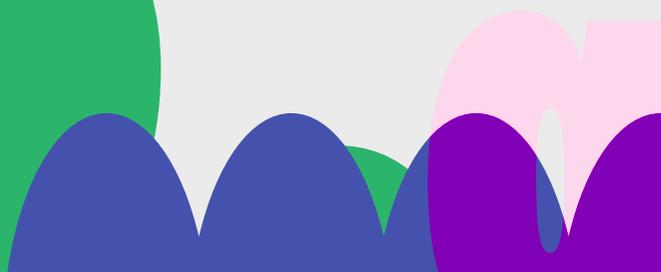
***Desenvolver protocolo de acolhimento para evitar a separação de pessoas da mesma família durante os resgates, minimizando o sofrimento emocional.***



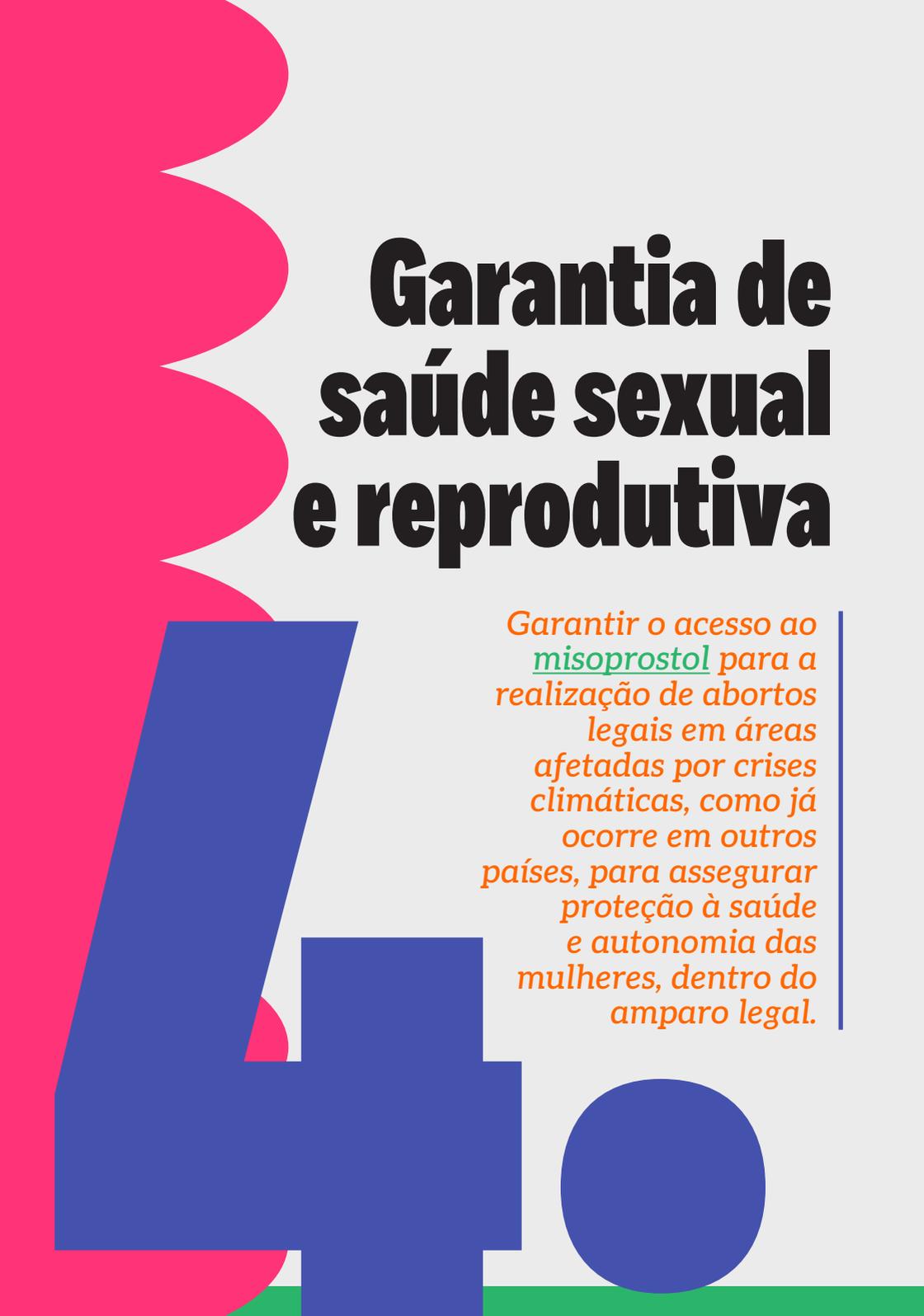
# Resposta à violências de gênero



*Disponibilizar  
serviços de saúde  
imediatos para  
casos de violência  
como profilaxia  
pós-exposição (PEP),  
testes de HIV/IST e  
anticoncepção de  
emergência.*



- Criar fluxo de atendimento para casos de violência sexual, com divulgação de informações sobre o assunto, além de fornecer opção de denúncia confidencial com resposta rápida e segura.
- Alocar equipes especializadas em gênero e saúde mental nos abrigos.
- Garantir acesso à delegacia da mulher, centros de referência e órgãos do Sistema de Justiça (Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública), mesmo durante catástrofes.
- Garantir a continuidade da análise dos pedidos e concessão de medidas protetivas de urgência.
- Oferecer plantões psicológicos e jurídicos para vítimas de violência doméstica ou sexual em abrigos.
- Garantir atendimento especializado de órgãos de segurança e justiça nos abrigos para assegurar o encaminhamento de denúncias e o acesso a medidas protetivas e de segurança.
- Implementar unidades móveis para atendimento de casos de violência doméstica em áreas afetadas em caráter de emergência.
- Treinar equipes de resgate e de atendimento em abrigos para identificar sinais de violência baseada em gênero (VBG) e providenciar os encaminhamentos necessários.
- Assegurar confidencialidade e proteção das sobreviventes de violência de gênero.



# Garantia de saúde sexual e reprodutiva

*Garantir o acesso ao misoprostol para a realização de abortos legais em áreas afetadas por crises climáticas, como já ocorre em outros países, para assegurar proteção à saúde e autonomia das mulheres, dentro do amparo legal.*

- Garantir a distribuição contínua de métodos contraceptivos nos abrigos e postos de saúde móveis, além de tratamentos e profilaxias para ISTs/HIV.
- Garantir acesso a serviços de saúde, consultas de pré-natal e serviços de aborto legal, mesmo em condições de emergência.
- Criar ações para dignidade menstrual, como distribuição de absorventes e kits de higiene.
- Criar estratégias para acesso contínuo a medicamentos para as pessoas que estão em tratamento de saúde e perderam suas receitas médicas durante catástrofes.
- Monitorar e garantir o acompanhamento de mulheres grávidas, com suporte institucional em hospitais e abrigos.
- Desenvolver iniciativas para mulheres grávidas, como enxovais comunitários, doações de fraldas, leite em pó e itens de bebês, além de acompanhamento contínuo pelas redes de apoio e rede pública de saúde.
- Garantir o transporte seguro para gestantes e puérperas até os serviços de saúde.
- Realizar educação em saúde sexual e reprodutiva (SSR) nas comunidades afetadas.
- Capacitar profissionais de saúde para atuar em crises climáticas, atendendo de forma qualificada às demandas de saúde sexual e reprodutiva, além de oferecer suporte integral a pessoas em situação de violência sexual.

# Comunicação e informação



- Criar canais acessíveis como rádios comunitárias, megafones e panfletos para informar sobre serviços disponíveis, direitos sexuais e reprodutivos e proteção contra violência baseada em gênero (VBG).
- Divulgar listas atualizadas de espaços de acolhimento e abrigos exclusivos.
- Desenvolver comunicação estratégica e produzir materiais educativos sobre direitos sexuais e reprodutivos para situações de emergência que alcancem populações vulneráveis sem acesso à internet.
- Desenvolver campanhas locais para conscientizar a população sobre direitos reprodutivos em emergências, utilizando linguagens acessíveis para todos os níveis de escolaridade.
- Estimular a denúncia de violência baseada em gênero com garantia de sigilo e proteção da vítima e do denunciante.



# **Proteção às populações vulneráveis**

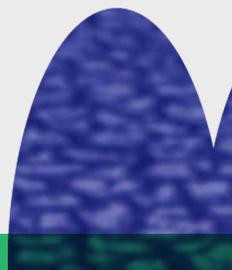


- Garantir consultas especializadas às necessidades de indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+ e em situação de vulnerabilidade extrema a fim de prevenir o racismo institucional no atendimento.
- Estimular políticas públicas que contemplem comunidades mais pobres e envolvam lideranças locais para um alcance mais eficaz.
- Garantir o atendimento especializado para mães de crianças com deficiência, incluindo suporte psicossocial e material.

*Capacitar equipes multidisciplinares em temas de racismo, homofobia e transfobia em contexto de crise.*

# Saúde mental e apoio psicossocial

*Integrar serviços  
de saúde mental  
com atendimento  
de saúde sexual e  
reprodutiva (SSR).*



- Providenciar atendimento psicológico para mulheres, crianças e sobreviventes de violência com base em gênero (VBG) em abrigos.
- Proporcionar rodas de conversa em abrigos para troca de experiências, promover apoio emocional mútuo e fortalecer espaços para que grupos sociais vulneráveis possam reconhecer situações de violência, além de trocar informações sobre direitos sexuais e reprodutivos disponibilizadas por equipamentos especializados.
- Desenvolver programas de apoio psicológico e social a longo prazo para mulheres e crianças afetadas por crises.
- Criar equipes multidisciplinares dedicadas a atender mulheres em sofrimento psicológico durante e após o período de desabrigoamento.
- Estabelecer programas de apoio psicológico às pessoas afetadas, bem como aos voluntários e líderes comunitários, que vivem grande sobrecarga emocional diante de conflitos, tragédias e possíveis traumas.
- Criar espaços de lazer para crianças e adolescentes nos abrigos, promovendo alívio do estresse.



# Fortalecimiento de políticas públicas



- Realizar advocacy para influenciar tomadores de decisão, legisladores e instituições públicas, visando a criação de políticas públicas que fortaleçam e protejam as populações vulneráveis em situações de crise climática.
- Reforçar políticas municipais de atendimento a mulheres, incluindo a abertura de coordenadorias e conselhos de direitos em locais onde este serviço está defasado.
- Criar equipes técnicas especializadas no acompanhamento pós-catástrofes.
- Criar um fundo emergencial destinado exclusivamente ao atendimento de mulheres e crianças em desastres naturais, incluindo recursos para saúde mental e apoio psicossocial nos planos de contingência.
- Promover articulações intersetoriais para evitar que a sociedade civil assuma sozinho responsabilidades do Estado face aos efeitos da crise climática.
- Formalizar parcerias entre coletivos locais e governos para a coordenação de respostas em crises, garantindo recursos e suporte adequado às iniciativas já existentes nas comunidades.

*Priorizar o uso de recursos públicos para estruturar respostas de emergência com foco em gênero, garantindo que as mulheres sejam contempladas nas políticas de assistência.*

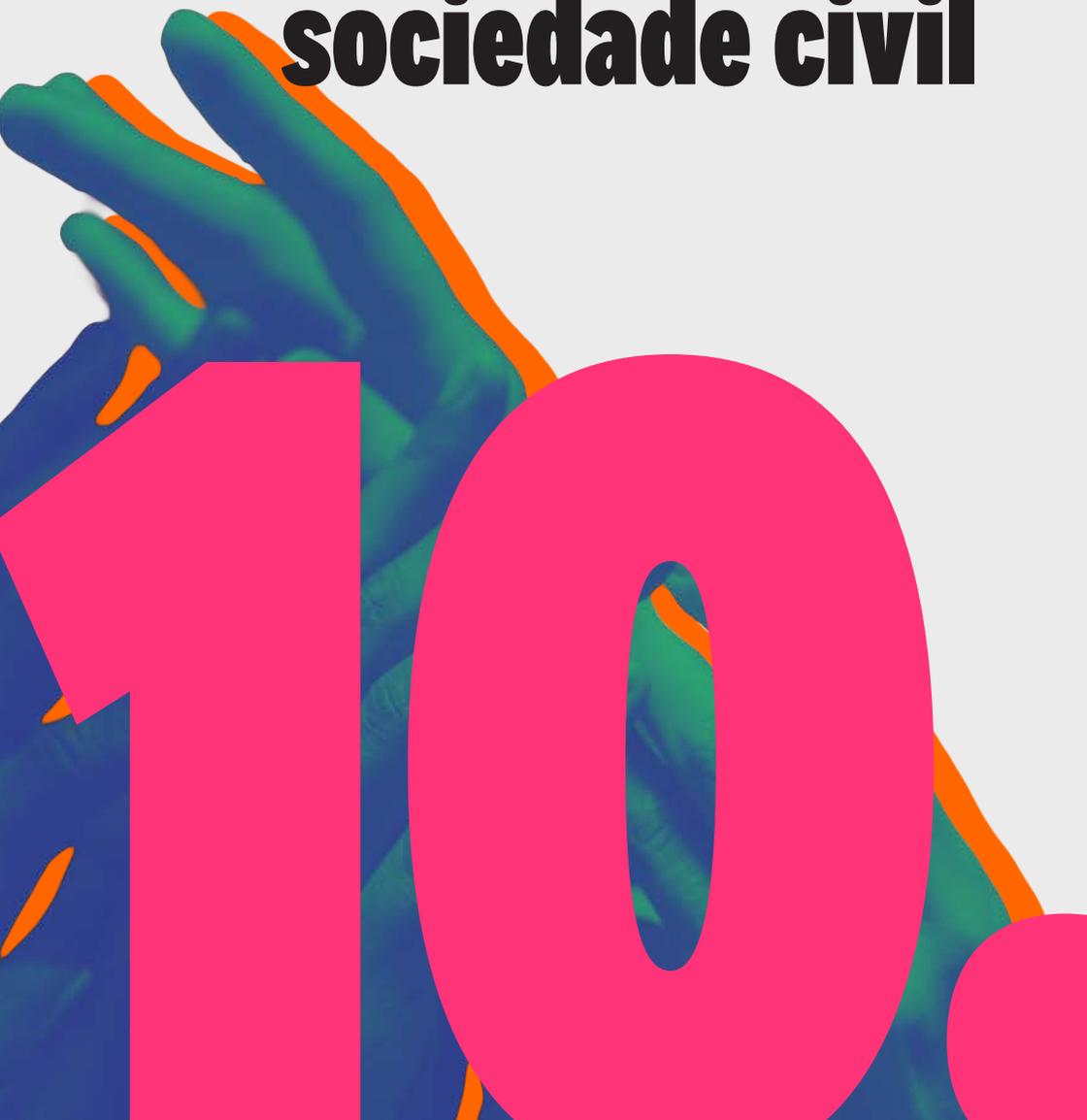
# Monitoramento e registro de dados



- Implementar sistemas de registro para notificações de casos de violência baseada em gênero (VBG).
- Documentar os atendimentos aos serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR) para garantir possíveis encaminhamentos à rede socioassistencial do município, caso necessário.
- Produzir relatórios detalhados para fortalecer políticas públicas e realizar pesquisas para entender os impactos desproporcionais das situações de crises climáticas em grupos vulneráveis.
- Registrar as demandas encaminhadas por organizações locais com planilhas detalhadas de atendimentos realizados.
- Promover o monitoramento contínuo das condições físicas e sanitárias dos abrigos e avaliação do impacto de programas voltados para mulheres.
- Elaborar relatórios que incluam o recorte de gênero, raça e classe nas ações implementadas.



# **Participação da sociedade civil**



- Envolver movimentos feministas e lideranças locais no planejamento e execução das respostas.
- Providenciar articulação com instituições nacionais e internacionais para apoio técnico e financeiro voltado às mulheres em situações de crises climáticas.
- Criar grupos de trabalho regionais com foco em gênero e mudanças climáticas.
- Promover ações comunitárias para educação e prevenção em SSR e VBG.
- Criar redes de apoio com a sociedade civil para amplificar os serviços essenciais.

*Reconhecer o protagonismo das mulheres nas ações voluntárias, com incentivo à formalização, capacitação e remuneração de seu trabalho em resposta a crises.*

# Conclusão

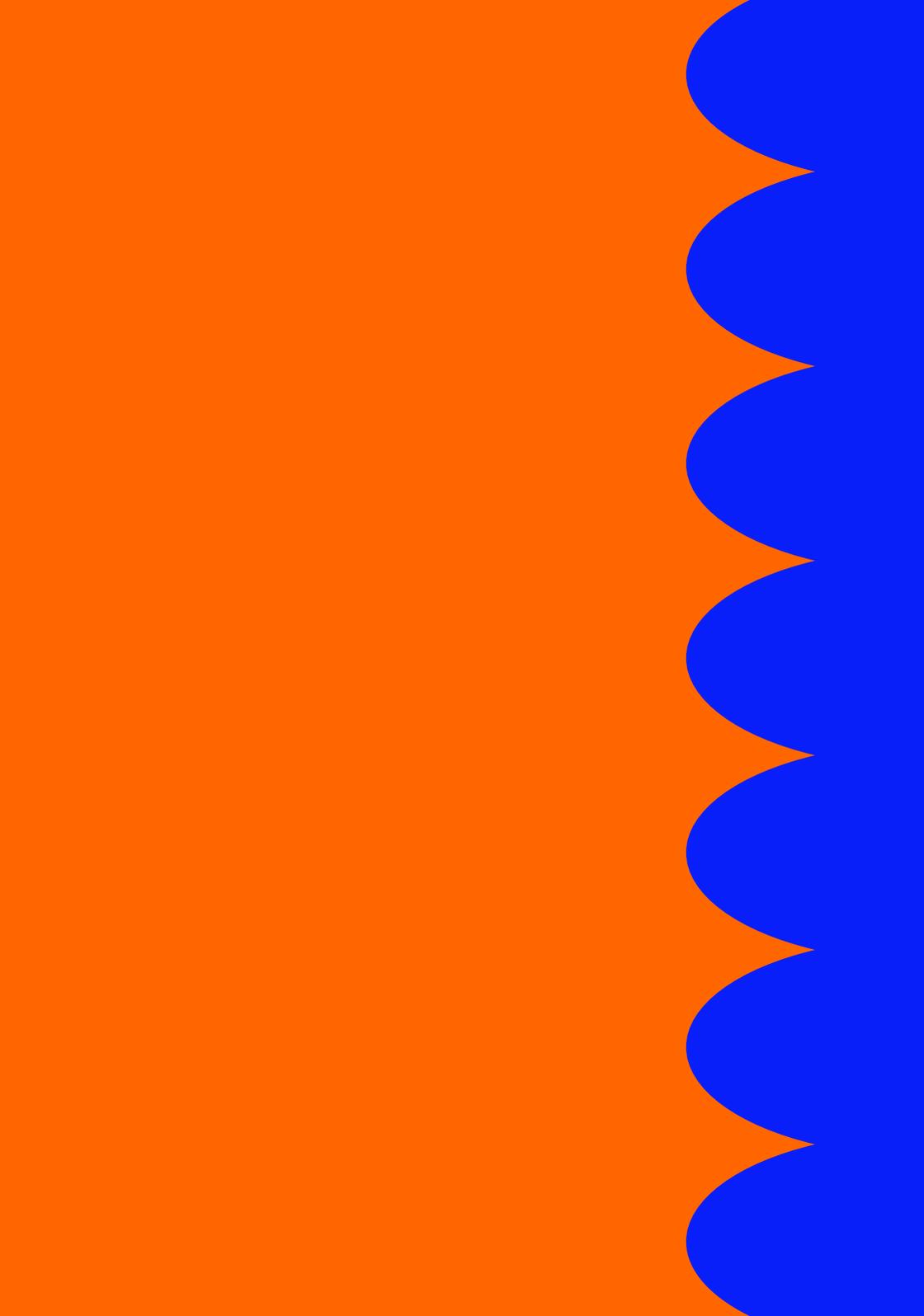
Garantir os direitos sexuais e reprodutivos em contextos de desastres climáticos é uma forma de mitigar as desigualdades sociais e proteger as populações mais vulneráveis. Este guia, desenvolvido a partir de experiências vividas durante a enchente que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024, oferece suporte para a administração pública e organizações humanitárias e da sociedade civil atuarem com mais eficiência e sensibilidade em situações de crise, a partir de uma abordagem metodológica de gênero, raça e classe.

Medidas como a criação de abrigos seguros, acesso integral à saúde reprodutiva, suporte psicológico e proteção contra violências de gênero são algumas das alternativas para preservar os direitos de mulheres, meninas e outras pessoas em situação de vulnerabilidade.

A participação de lideranças locais na elaboração de diagnósticos e políticas públicas, além do reconhecimento e valorização das pessoas que

atuam na linha de frente das tragédias – sejam elas voluntárias, servidoras ou terceirizadas ou a própria população atingida – também contribuem para respostas mais alinhadas e eficientes às necessidades dos diferentes grupos sociais.

Desenvolver respostas a situações de emergência levando em conta uma perspectiva de gênero, raça, classe e território contribui para a construção de um futuro mais digno e igualitário, no qual as populações vulneráveis e marginalizadas não sejam deixadas para trás.



# Fontes

- Ana Carolini Andres, diretora executiva do Instituto E Se Fosse Você? e coordenadora dos abrigos organizados pela organização. Entrevista concedida em 21 de novembro de 2024.

- Eriane Pacheco, vice-presidente do Coletivo Preta Velha. Entrevista concedida em 21 de novembro de 2024.

- Fabiane Dutra, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio Grande do Sul. Entrevista concedida em 18 de novembro de 2024.

- Lurdes Santin, liderança do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos do Rio Grande do Sul (MTD-RS) e do Grupo de Base Erotildes Brasil, em Eldorado do Sul (RS). Entrevista concedida em 18 de novembro de 2024,

- Renata Teixeira Jardim, integrante do Cladem Brasil e do Fórum Aborto Legal RS. Entrevista concedida em 18 de novembro de 2024.

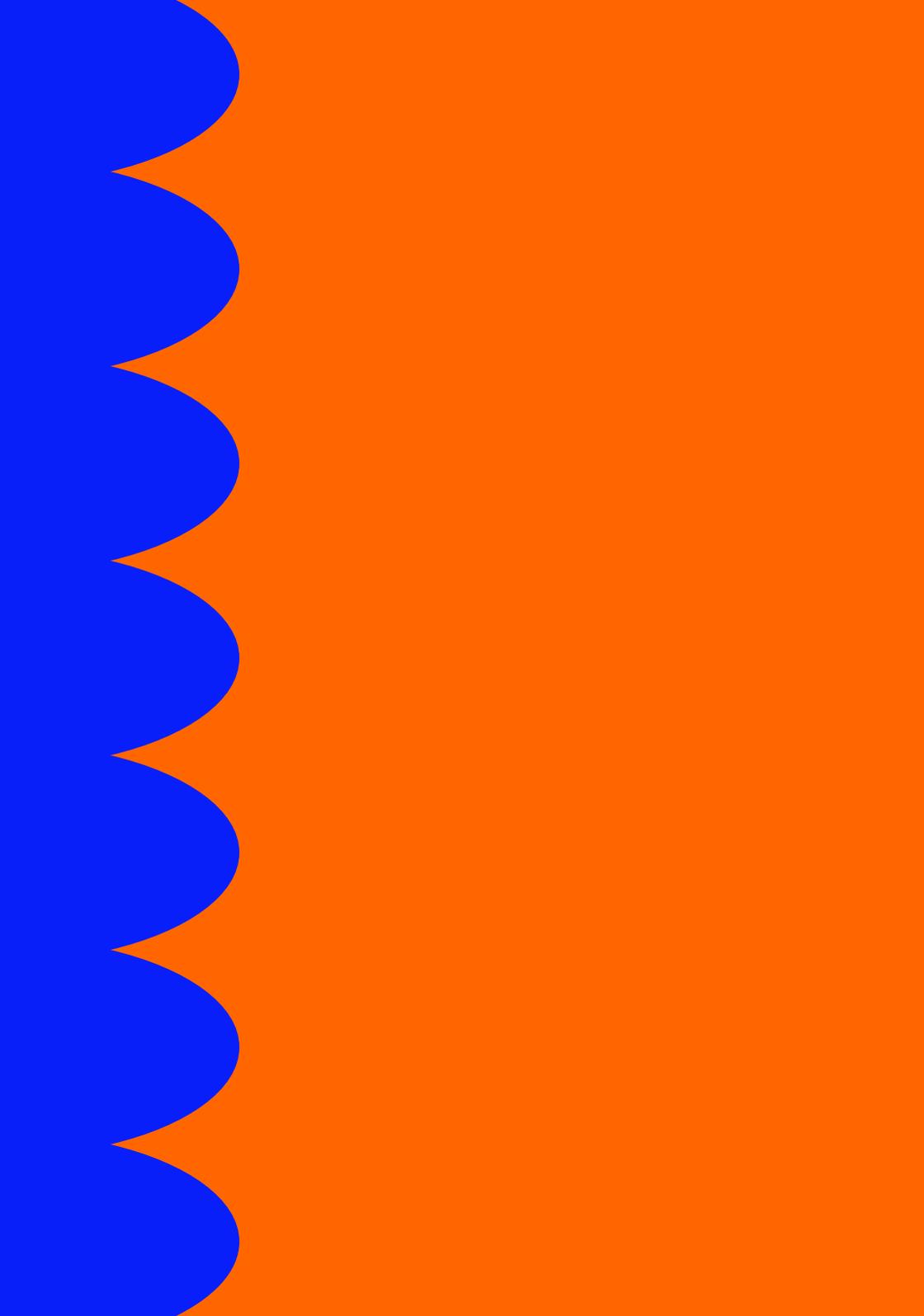
- Beatriz Galli, assessora Sênior de Políticas e Advocacy do Ipas Parceiros por Justiça Reprodutiva. Entrevista realizada em 16 de dezembro de 2024.

- MINISTÉRIO DAS MULHERES; ONU MULHERES. Diretrizes de proteção às mulheres e meninas em emergências climáticas. Apoio: Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores e Embaixada do Canadá. Brasília: Ministério das Mulheres, ONU Mulheres, 2024. Disponível em: <[https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2024/06/DiretrizesEmergenciaClimatica\\_MMulheres\\_ONUMulheres.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2024/06/DiretrizesEmergenciaClimatica_MMulheres_ONUMulheres.pdf)> Acesso em: 31/01/2025.

- FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA) BRASIL. Guia de enfrentamento à violência baseada no gênero no contexto de emergência climática do Rio Grande do Sul. Apoio: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES). Brasília: UNFPA, 2024. Disponível em: <[https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/2024-11/Guia%20de%20enfrentamento Web.pdf](https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/2024-11/Guia%20de%20enfrentamento%20Web.pdf)>. Acesso em: 31/01/2025.



*Compartilhe o Guia da Esperança!*



## **Realização Portal Catarinas**

[www.catarinas.info](http://www.catarinas.info)

Instagram: @portalcatarinas

Facebook: @catarinas

Email: [contato@catarinas.info](mailto:contato@catarinas.info)